JUVENTUDE E EDUCAÇÃO SOCIOPOLÍTICA: PERSPECTIVAS NO AMBIENTE UNIVERSITÁRIO

Robson Montegomeri Ribeiro Lustoza

A juventude, que podem ser identificada como as diversas formas de expressão do ser jovem na atual conjuntura, e por isso pode ser denominada de juventudes, se depara com diferentes ordens de dificuldades apresentadas pelo Estado e suas políticas públicas, ou a falta delas, e instituições sociais representativas como o governo, as mídias de comunicação (sobretudo as emissoras de televisão), a sociedade civil e a família.

Recai sobre os ombros das juventudes os estigmas de todo mau goro possível de nossos tempos. O número de jovens marginalizados que consequentemente se envolvem no mundo do crime e das drogas é alarmante. Da infância roubada ao fim da idade juvenil, pessoas têm sido criminalizadas e excluídas e pouco se discute, por parte do poder público e das instituições, as causas dos problemas que levam os jovens a compor este grupo social indesejável.

Os noticiários de TV, sobretudo os sensacionalistas, mostram à sociedade, todos os dias, inúmeros jovens que são apresentados como marginais, bandidos, criminosos, ladrões, assassinos e todo tipo de escárnio possível para classificar essa parcela social, rotulando-os e estigmatizando-os, sendo que, em muitos discursos, nestes mesmos programas, autoridades referem-se às juventudes como o futuro do país, àqueles que poderão mudar o futuro, mas tais oradores se “esquecem” de identificar a quem verdadeiramente estão se referindo, quiçá aos jovens que frequentam “boas escolas” e estão no seio de “famílias bem estruturadas” e não à juventude desprivilegiada e muito menos aos jovens propositalmente adoecidos do país.

As causas do problema são pouco discutidas, minimamente refletidas e quase nada é resolvido para que se mude o cenário de exclusão juvenil. Os outorgados e responsáveis pelas políticas de inserção social dessa parcela da população não são responsabilizados e punidos pelas falhas no processo de socialização dessa juventude.

Neste contexto de exclusão, a formação educacional é um dos pilares que propiciam a inclusão juvenil à sociedade e aos seus bens materiais e culturais. Os jovens que conseguem prosseguir deparam com muitos desafios. De uma educação mercantilizada à desproporcional disputa por uma vaga no mundo do trabalho. Nessas trajetórias, destacamos as Instituições de Ensino Superior (IES), sobretudo as Universidades, como espaços predominantemente juvenis, por vocação, pois absorvem as demandas oriundas do sistema educacional que busca formação profissional especializada. Entretanto, o acesso e a permanência nas referidas intuições também constituem obstáculos a serem superados pelos jovens brasileiros.

**1. Inclusão, Exclusão, Juventude e Universidade: ideias e aproximações conceituais**

O acesso à formação superior exerce um importante papel na inclusão dos jovens aos bens culturais de uma sociedade. Nessa perspectiva, a educação superior brasileira, na última década, tem apresentado um crescente número na oferta de cursos e vagas que possibilitam o acesso de muitos cidadãos e cidadãs, em especial à juventude, a esse nível de formação. Contudo, o crescente número de vagas que atende a um número significativo de jovens, ainda é insuficiente, tanto no âmbito quantitativo, quanto no qualitativo, no que se refere à entrada, continuidade e conclusão dos estudos na formação superior.

Diante desse fato, existe uma relação de inclusão e exclusão que é apresentada nesse cenário devido às condições de acesso e de permanência que muitos jovens encontram nas Instituições de Ensino Superior (IES). Observa-se que os conceitos de inclusão e exclusão, neste contexto, estão entrelaçados, sendo a inclusão a contraparte operacional da exclusão, ou uma reação intencional na tentativa de equilibrar o *status quo* apresentado por um determinado fenômeno. Falar de inclusão implica necessariamente falar de exclusão. A ideia da exclusão e da inclusão não são, a rigor, conceitos diferentes, são, contrapartes de um mesmo fenômeno e, portanto, em termos teóricos poderíamos entender inclusão-exclusão como pólos de um contínuo (CAVIERES, 2014).

Ao longo dos últimos séculos sucederam-se diferentes paradigmas interpretativos da exclusão social. Entre tantos podemos nomear o paradigma utilitarista, no sec. 18 que focalizava o caráter livre do indivíduo que na sua escolha avalia seus comportamentos através do cálculo entre custos e benefícios; o paradigma positivista (séc. 19) que culpava o indivíduo (patologia individual) pelos seus problemas comportamentais e isentava o sistema social; o paradigma social, que centraliza suas interpretações no ambiente socialmente desorganizado (inícios do sec. 20); o paradigma cultural, que procura interpretar a realidade social com base na assunção de culturas, na participação em grupos culturalmente voltados à criminalidade e à delinquência. O paradigma fatorialista, por exemplo, renuncia às explicações do comportamento em função de explicações fracionadas nos diferentes fatores que o condicionam (CALIMAN, 2008).

Nas últimas décadas sucederam-se também categorias interpretativas da marginalidade (anos 60 e 70) e ultimamente a categoria interpretativa da exclusão social, especialmente a partir dos anos 90. Com a expansão da visão neoliberalista (anos 90) ressalta-se na análise social a exclusão de pessoas e grupos em relação aos direitos e à cidadania como também das benesses geradas pela economia. O foco sai do âmbito das carências e das "necessidades" para o âmbito dos direitos e da cidadania (CALIMAN, 2008).

Nesse sentido, observa-se a existência de uma exclusão dos incluídos no ensino superior, devido às práticas, ou a falta delas na formação dos sujeitos que ingressam nas IES. Essas carências levam a um movimento pendular onde a academia pode tornar-se uma casa do saber para poucos e uma fábrica de diplomas para muitos (MARIZ; NETO, 2015).

As Universidades constituem um local privilegiado de atuação de políticas públicas de inclusão, dada a função social que desempenha. A autonomia universitária, a aprendizagem discente e docente e a formação para a cidadania contemplam essa função social. Destaca-se a promoção da pesquisa, do ensino e da extensão sendo essas três finalidades terreno fértil para a inclusão juvenil, como observa-se no Plano Nacional de Educação para os Direitos Humanos - PNEDH: “A universidade como criadora e disseminadora de conhecimentos, é instituição social com vocação republicana, diferenciada e autônoma, comprometida com a democracia e a cidadania” (BRASIL, 2007, p.38). No Brasil fazem parte da administração pública indireta, constituídas na forma de autarquias ou fundações. Segundo a CF (1988), elas possuem autonomia no que se refere aos seus processos didáticos, administrativos, financeiros e patrimoniais; observando o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Essas prerrogativas permitem maior independência nas práticas democráticas e também maiores responsabilidades.

Nessa conjuntura, a juventude encontra-se no cerne desse trabalho. Mais especificamente a juventude universitária, que são os principais sujeitos da ação do ensino superior. Esse grupo social caracteriza-se como um segmento no conjunto da sociedade e está em constante transformação, pois possui um poder agregador de atrair ações e invenções da cultura (SAVAGE, 2009). Nesse sentido, a juventude é muito mais que uma fase, configura-se como um processo evolutivo onde mudanças significativas se processam, como o próprio desenvolvimento do corpo, dos afetos, das referências relacionais e sociais. É nesse sentido que se enfatiza a noção de juventudes no plural, para dar ênfase nos modos diferentes de ser jovem (DAYRELL, 2003; GOMES, 2011).

O conceito de juventude pode ser abordado por diferentes perspectivas, sejam elas demográficas, biológicas e psicológicas e, mais recentemente, a partir dos enfoques sociológicos, políticos, culturais e antropológicos. Dessa forma, a referência de idade para a definição de juventude considerada a partir do estatuto da juventude está compreendida entre 15 e 29 anos (BRASIL, 2013). Segundo Dayrell (2003), são diversas as formas como cada sociedade, em um tempo histórico determinado, vão lidar com o conjunto social formado pela juventude e representá-lo. Essa diversidade se concretiza com base nas condições sociais (classes sociais), culturais (etnias, identidades religiosas, valores) e de gênero, e também das regiões geográficas.

A condição juvenil no Brasil reflete as várias concepções sócio-históricas dessa interpretação. Algumas análises focalizam dimensões estruturais, outras culturais (CALIMAN, 2008). Apesar do reconhecimento da importância da juventude no Brasil ser muito recente, esse segmento social tem conquistado espaço nas discussões e reflexões acerca do futuro do país. No Brasil, a história de atenção à juventude surge sob a influência da Constituição Federal promulgada em 1988. Começa nos anos de 1990 e, inicialmente, contemplava particularmente os universos infantil e adolescente, até os 18 anos de idade, motivada pela implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente com maior ênfase em jovens que se encontravam em situação de exclusão social ou privados de seus direitos. As políticas focalizavam os problemas e riscos que o setor juvenil representava às suas potencialidades (CALIMAN, 2014).

Sob o ponto de vista estrutural, observa-se como a integração do jovem ao mercado de trabalho represente o meio de inclusão mais acessível à mobilidade social desse segmento. No entanto ressalta-se que nos países desenvolvidos esgotam-se formas de trabalho e nos países de economia emergente há escassez de mão de obra qualificada com consequente precarização, sobretudo dos que adentram ao mercado de trabalho, os jovens (TAKEUTI, 2012). Nessa conjuntura, o ensino superior tem significativo papel, na inclusão dos jovens aos bens culturais, mas também, pode legitimar os discursos de qualificação dos jovens para o mundo do trabalho.

A inclusão dos jovens estudantes ao ensino superior, público e privado, tem ocorrido por meio de políticas públicas que promovem o acesso em diferentes processos seletivos, o ENEM[[1]](#footnote-1), O PROUNI[[2]](#footnote-2), O FIES[[3]](#footnote-3), o PAS[[4]](#footnote-4) e programas de financiamento próprio das IES privadas. “O conceito de Política Pública pressupõe que há uma área ou domínio da vida que não é privada ou somente individual, mas que existe em comum com outros. A Política Pública é feita em nome do público”, geralmente desenhada ou iniciada pelo governo, que decide fazer ou não fazer algo. “Essas ações podem ser interpretadas e implementadas por atores públicos e privados” (DIAS; MATOS, 2012). A realização das políticas públicas emerge das demandas sociais e de ações de grupos de interesses econômicos que passam a responsabilizar-se pela execução dessas políticas, neste caso, as políticas públicas educacionais. Entre esses atores, há interesses distintos, onde cada grupo busca resguardar seus interesses.

**2.** **Juventude universitária e suas atuações sociopolíticas**

Pensar no mundo melhor, onde a humanidade alcance um nível de harmonia nas amplas esferas de vida é um desejo que alimenta a utopia do possível em cada ser humano. Olhando por esta difração, enxerga-se os raios da luz que ecoa das utopias necessárias sendo a educação o tecido que recebe esses fechos de luz e transforma as realidades e ajudando a ver com nitidez o possível acontecer. Tanto um possível mundo novo como a educação são fatores que motivou muitos educadores no passado e nos motiva a persistir. Percebemos essas aspirações em autores como Anísio Teixeira (1956):

Não é, senhores, com as nossas tradições que nos devemos embriagar, mas com o nosso futuro – o brilhante futuro que nos aguarda, se o soubermos preparar. A Pátria é menos o seu passado que os seus projetos de futuro. Está claro que êsses (sic) projetos de futuro mergulham as suas raízes no passado e se apoiam no presente. Mas, a sua fôrça (sic) vem antes dos objetivos antevistos, da sua projeção no amanhã, do que dos nossos pontos de apoio em nossa história ainda não de todo livre de incertezas e fragilidades.

O passado da educação brasileira pode ser considerado, tendo como referencia o tempo percorrido até aqui, positivo nos aspectos da inserção da população aos processos educacionais, mas vislumbrando os aspectos qualitativos, ainda temos muito a evoluir. Somos uma nação em processo de maturação mas que tem sofrido muito com as decisões do passado assim como com as do presente, assim como nos adverte Anísio de que o futuro da educação continua incerto e frágil.

Na conjuntura que se apresentam na atual sociedade, a educação não tem a pretensão de apresentar as diretrizes para a solução dos problemas sociais, contudo se apresenta com significativa importância no processo de socialização e direcionamento da cultura e desenvolvimento do país. Mesmo sendo ainda muito jovem, sua importância é fundamental na projeção de um futuro devido aos processos evolutivos do povo brasileiro. Segundo Dewey (1959),

[...] Os seres que nasceram não só inscientes dos objetivos de seu grupo, como também completamente indiferentes a esse respeito, precisam conhecê-los e interessar-se ativamente pelos mesmos. A educação, e só a educação suprime essa distância.

Se por um lado, a educação básica e fundamental, que educa crianças e que é obrigatória, ainda carecem de atenção refinada para a concretização das políticas públicas existentes, por outro lado o ensino superior que não é obrigatório deveria passa por processos de frenagem de elaboração de políticas que ampliam as redes de oferta desta modalidade de ensino nas esferas privadas, que pouco tem contribuído para a democratização da educação superior de qualidade.

Em se tratando de direito positivado, é preciso reconhecer que a efetivação do Direito à Educação, por meio do cumprimento dos princípios constitucionais a ele relacionados, ainda está em curso em nosso país. A análise desse processo demanda uma profunda reflexão, sobretudo devido às omissões históricas e seculares do Estado que deixou de ofertar instituições escolares e oportunidades de aprendizagem às crianças, adolescentes e jovens do país.

A Educação no Brasil é uma garantia fundamental prevista na CF, contudo, no que se refere ao Ensino Superior, não há uma obrigatoriedade por parte do Estado. A Declaração Universal dos Direitos Humanos - DUDH, em seu artigo XXVI, no que se refere ao Ensino Superior, esclarece: “[...] o acesso aos estudos superiores deve estar aberto a todos em plena igualdade, em função do seu mérito” (BRASIL, 2013). Percebe-se, nessa conjuntura, que o Ensino Superior tem um caráter relativo no que refere à sua oferta, contudo, é uma etapa da vida estudantil de destaque, pois parte do público universitário é composto por jovens que a curto ou médio prazo estarão assumindo e tomando decisões frente à sociedade.

Outro aspecto relevante está relacionado ao direcionamento ao que está historicamente ‘aceito’ pela sociedade brasileira, ou seja, de que o Ensino Superior público está destinado às classes privilegiadas. Frente a essa realidade, os grupos sociais vulneráveis ou excluídos, ficam marginalizados e impossibilitados de se integrarem neste nível de formação, e raramente poderão tornar-se sujeitos de direito. Segundo (DEWEY, 1959, p. 22), [...] compete ao meio escolar contrabalancear os vários elementos do ambiente social e ter em vista dar a cada indivíduo oportunidade para fugir às limitações do grupo social em que nasceu, entrando em contato vital com um ambiente mais amplo.

Nesse contexto, as Instituições de Ensino Superior deveriam ter o papel de proporcionar as condições necessárias para que a educação se desenvolva com a finalidade de capacitar a juventude nas dimensões sociais, civis e políticas convergindo com o pensamento da educação para os Direitos Humanos. Assim é expresso na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

O artigo terceiro da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional propõe, como finalidade para a educação superior, a participação no processo de desenvolvimento a partir da criação e difusão cultural, incentivo à pesquisa, colaboração na formação contínua de profissionais e divulgação dos conhecimentos culturais, científicos e técnicos produzidos por meio do ensino e das publicações, mantendo uma relação de serviço e reciprocidade com a sociedade (BRASIL, 2007).

Quanto às contradições que os jovens vivem no ensino superior, encontra-se uma educação dirigida quase que exclusivamente ao domínio competitivo de conhecimentos e técnicas, ao passo que questões como a justiça, a ética, a participação social, e a convivência humana estão sendo reduzidas ao mínimo. Quanto às questões do ingressar nas Instituições de Ensino Superior, os jovens são submetidos a processos educacionais onde se aprende para se obter um bom desempenho em processos seletivos. Em sua permanência no Ensino Superior, não possuem uma Educação crítica, com uma perspectiva emancipadora, ficam estacionados por um período de tempo em instituições que cumprem parcialmente seus papéis na formação de sujeitos ativos socialmente. Com uma educação voltada para as demandas de mercado promove-se uma apatia social, pois os egressos não conseguem perceber a importância de sua função social no exercício da profissão em vista do bem comum.

Seria verdade que os campos de interesse juvenil, sobretudo os estudantes universitários, na atual conjuntura têm se voltado mais aos aspectos individuais que aos coletivos? Como uma hipótese a essa questão, pode-se apontar vários motivos, mas, dentre eles, se destaca a ampliação da ideologia neoliberal que privilegia os interesses privados aos públicos. Como consequência, os olhares que recai sobre a juventude é que os jovens são desinteressados nas questões políticas e “desligados” no que se refere aos interesses coletivos. Na relação dos jovens e a política, é preciso considerar as dificuldades e dilemas vivenciados pela juventude em seu tempo e as influências sociais que direcionam esses grupos para alcançarem determinados interesses.

Nesse aspecto, destaca-se as instâncias de “aprovação” que se estabelecem como mecanismos de consentimentos e controle da atuação juvenil, em um contexto das instituições sociais. Dentre essas instâncias, encontra-se o “olhar adulto” sobre as relações entre juventude e política, que, em geral, é marcada por críticas de diferentes prismas e por um difuso sentimento de desconfiança. Esse processo ocorre devido o contexto social “considerado “relevante” ou “sério” instituir critérios sociais específicos para que os jovens possam ser incluídos concretamente sob a tutela e aval do mundo adulto que por obrigação deveria cumprir o papel de oferecer o necessário suporte para o desenvolvimento desse importante grupo social.

Neste contexto, aparece um sentimento de desilusão dos jovens frente a forma como acontece a política atualmente. Na percepção juvenil, há uma má impressão de que a política está ligada a ações de corrupção e isso repele o público juvenil das práticas de atuações coletivas levando-os a se ocuparem mais com próprio bem-estar.

Muitos aspectos devem ser considerados ao se pensar em juventude participativa em questões sociopolítica como o meio em que vive, as influências ideológicas, a pré-disposição a pertencer a determinados grupos de identidades específicas ou mesmo a condição de não querer se envolver em contextos sociopolíticos.

As percepções políticas dos jovens parte de vários processos de socialização nas mais diferentes instituições e espaços sociais existentes como a família, as instituições de ensino, nos ambientes de trabalho, os espaços associativos, religiosos. No desdobramento entre o que pensam e uma possível participação nas questões sociais e políticas é necessário que seja realizado com os jovens um trabalho de sensibilização, conscientização e reconhecimento da realidade para que os jovens possam despertar o interesse pelas questões no campo sociopolítico (TOMIZAKI; DANILIAUSKAS, 2018).

O processo de reconhecer-se nos macros sistemas sociais e de ação como uma construção coletiva apoia-se na edificação de laços sociais a partir da identificação nas causas específicas assim como nos objetivos específicos considerados coletivamente como importantes (CASTRO, 2008). Entre os jovens há uma necessidade de conquista de espaço afirmativos para que os mesmos se sintam pertencentes no universo social. As abordagens juvenis nas questões sociopolíticas têm mostrado que há uma dinâmica própria dos jovens em relação aos campos de interesse e de atuação. Dá-se maior importância em questões específicas que dialogam com a zona de interesse da realidade vivenciada por eles.

Nesse sentido, é importante que se questione acerca da noção do que seja participação política, vista como uma atuação por meio dos mecanismos instituídos de pressão e reivindicação, devido a fragmentação dos percursos trilhados pela juventude no alcance do posicionamento e atuação no coletivo.

Mas, considerando os processos evolutivos, existem novas formas de luta por transformações na atualidade que questionam as noções de política relativizando as ideias postas e tradicionalmente concebidas de se fazer política. A participação juvenil aos 16 anos por meio do voto é um elemento a favor da atuação juvenil, contudo emerge um reposicionamento que os atuais protagonistas dessas mudanças fazem a sociedade, que se expressa nas formas como cada indivíduo vincula-se a coletividade e atuam em espaços de discursos e ação na busca do sentido de pertença à coletividade (CASTRO, 2008).

Destarte, mesmo tendo acesso a estes mais variados espaços de informação e formação, as juventudes têm buscado as redes sociais como uma alternativa diferente das tradicionais e imergido nas temáticas que lhes despertam maior interesses, identificando os mais variados tipos de conteúdo apresentados nestes veículos de comunicação.

Para além de conteúdos informativos, os jovens concebem esses espaços como um campo possível de participação nas questões sociopolíticas onde podem dar suas opiniões e impressões sem a necessidade de validação dos convencionais “grupos de controle” pois transitam entre pares. Além da interatividade, há também nas redes sociais formas diversificadas nas abordagens dos conteúdos de forma a atrair os jovens com uma linguagem mais aproximada a sua idade e imagens que atrai esse tipo de público.

**3. Metodologia e Resultados**

Neste tópico, apresenta-se o resultado de uma pesquisa qualitativa sobre inclusão / exclusão de estudantes na Universidade. Para este trabalho foram analisados dois grupos de estudantes de diferentes cursos de graduação de uma Universidade particular do DF. Buscou-se compreender a dimensão sociopolítica – percepções e atuações dos estudantes em atividades sociais e políticas e suas formas de atuarem nesses cenários. Os recortes obedeceram aos critérios de serem jovens, de idade entre 18 a 29 anos e serem estudantes universitários.

Para este trabalho a abordagem metodológica utilizada foi a pesquisa qualitativa, pois consiste em um amplo campo de investigação. Como estratégia de pesquisa foi aplicado o estudo de caso múltiplo de caráter exploratório como técnica de coleta e análise de dados. Quanto aos procedimentos de levantamento de dados foram utilizadas as técnicas de grupo focal e análise documental. A análise de conteúdo foi a técnica empregada para a análise das percepções dos participantes e dos documentos analisados, pois, epistemologicamente protagoniza o sujeito na produção do conhecimento.

Os grupos focais, conforme observa Gatti (2012), devem ser compostos por um número de 6 a 12 participantes. Neste trabalho, o grupo focal (1) foi composto por oito participantes e o grupo focal (2) havia sete participantes. Também foi utilizada a análise de conteúdo com base nos pressupostos metodológicos de Bardin.

As temáticas emergidas na pesquisa com maior ocorrência, relacionam-se a percepção dos jovens acerca das políticas implementadas pela instituição, no sentido do acesso e permanência dos estudantes. Também há um enfoque nos posicionamentos dos estudantes na falta de atendimento de políticas inclusivas na Universidade. Temáticas como questões de gênero, cor e socioeconômica também foram abordadas pelos estudantes. Ainda no âmbito sociopolítico, os discentes destacam os professores como importantes atores nos processos de inclusão e de exclusão no ambiente da Universidade.

Observa-se que no tocante as questões político partidárias, participação em atividades comunitárias locais e representação juvenil na Universidade pouco foi tratado pelos estudantes. Quanto a obrigatoriedade da Universidade apresentar políticas internas em consonância com as políticas públicas de inclusão existentes, nas mais amplas esferas, os estudantes tratam minimamente sobre este assunto, sendo estas temática de menor ocorrência relacionada as questões sociopolíticas, consideradas relevantes nas questões de inclusão estudantil na Universidade.

**Referências**

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil***.* Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos: 2007. **Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2007. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/sedh/edh/pnedhpor.pdf> Acesso em: 25 jun.2018.

BRASIL. **Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013**. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. Brasília: Casa Civil 2013. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/\_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm> Acesso em: 27 jun. 2018.

BRASIL. Senado Federal**. Direitos Humanos**: atos internacionais e normas correlatas. Coordenação de edições técnicas. 4. Ed. Brasília, 2013.

BRASIL. **Estatuto de Criança e do Adolescente de 1990.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/LEIS/L8069.htm. Acesso em 25jun.2018](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm.%20Acesso%20em%2025jun.2018).

BRASIL. **Lei nº 9.394/1996.** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/Leis/L9394.htm. Acesso em 22 jun.2018](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm.%20Acesso%20em%2022%20jun.2018).

CALIMAN, G. **Paradigmas da Exclusão Social**. Brasília: Unesco & Universa, 2008.

CALIMAN, G. (Org.). **Direitos humanos na pedagogia do amanhã**. Brasília: LiberLibro; Unesco, 2014.

CAVIERES, H. **Juventud y exclusión social:** de la exclusión estructural a la autoexclusión. Artículo no publicado en revisión revista CIDPA, 2014.

CRESWELL, J. W. **Projeto de Pesquisa:** método qualitativo, quantitativo e misto. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DAYRELL, J. T. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 40-52. 2003. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\_arttext&pid=S1413-24782003000300004&lang=pt>. Acesso em: 25 jul 2018.

DEWEY, John. **Democracia e Educação**. 3a Ed. SP: Companhia Editora Nacional, 1959.

DIAS, R.; MATOS, F. **Políticas Públicas**: Princípios, Propósitos e Processos. São Paulo: Editora Atlas, 2012.

GOMES, Cândido. (Org). **Juventude: Possibilidades e Limites**. Brasília: UNESCO: UCB, 2011.

GONÇALVES, A. L. **Entre o presencial e o virtual:** Percepções de professores do ensino superior sobre a utilização de ferramentas de comunicação à distância e suas implicações no trabalho docente. Santos, 2005. 216f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica de Santos, 2005. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select\_action=&co\_obra=107312 Acesso em: 13. Jul. 2018.

MARIZ, R. S.; SILVA NETO, U.G. Educação Superior no Brasil e o movimiento pendular entre a casa do saber para poucos e a fábrica de diplomas para muitos. In: GUIMARÃES-IOSIF, R.; SANTOS, A. V.; ZARDO, S. P. **Educação Superior**: conjunturas, políticas e perspectivas. Brasília: Liber Livros, 2015.

SAVAGE, J. **A criação da juventude**: como o conceito de teenage revolucionou o século XX. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.

TAKEUTI, N. M. Paradoxos societais e juventude contemporânea. **Estudos de Psicologia,** v. 17, n. 3, p. 427-434, 2012.

TEIXEIRA, Anísio. **A crise educacional brasileira**. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Rio de Janeiro, v.19, n.50, abr./jun. 1953. p.20-43.

1. ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio [↑](#footnote-ref-1)
2. PROUNI – Programa Universidade para todos [↑](#footnote-ref-2)
3. FIES – Fundo de Financiamento Estudantil do Ensino Superior [↑](#footnote-ref-3)
4. PAS – Programa de Avaliação Seriado [↑](#footnote-ref-4)